



ESTUDOSELEITORAIS

Volume 3 Número 1 jan./abr. 2008

HISTÓRIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

Gerardo Mello Mourão

Escritor, poeta, jornalista. Foi membro da Academia Brasileira de Filosofia e Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Ceará.

I – A PARTILHA DO PODER ENTRE CONSERVADORES E LIBERAIS

Se quisermos estabelecer uma genealogia dos partidos políticos brasileiros, temos, na verdade, de remontar à Colônia. É certo que os partidos só começaram a ser institucionalizados, numa existência de direito, a partir da Independência. Mas é certo também que, antes de 1822, já existiam de fato. E foi no seio de um desses partidos de fato que fermentou e prosperou a campanha da Independência. Com efeito, desde os primeiros dias de D. João VI no Brasil, dois grupos políticos passaram a funcionar abertamente, constituindo-se em verdadeiros partidos. Um deles era o dos brasileiros. O outro, o dos estrangeiros. Não estando oficialmente organizados, os dois grupos representavam, entretanto, duas tendências nítidas, podendo mesmo identificar-se como grupos sociais específicos, funcionando como embrião dos partidos políticos que vieram a constituir-se oficialmente depois do 7 de Setembro.

Assim é que o Partido dos Brasileiros defendia ardorosamente a independência, enquanto o Partido dos Estrangeiros se batia pela consolidação dos vínculos coloniais com a metrópole. De certo modo, os propósitos e o estado de espírito desses partidos se projetam ao longo da história, com os conservadores e os liberais dos tempos do Império, caracterizando uma dicotomia que está, inclusive, na linhagem dos partidos de nossos dias, em que a esquerda e a direita encontram sua origem naquelas velhas correntes que fundaram a vida pública nacional.

Em 1823, com a convocação da Assembléia Constituinte para elaborar a primeira Constituição, verificou-se o surgimento das primeiras facções políticas: monarquistas, moderados e exaltados. Os monarquistas foram herdeiros diretos e continuadores das sustentações dos estrangeiros. Os

moderados e os exaltados tinham suas origens políticas no partido dos brasileiros, que um “racha” interno dividira em dois grupos. Na nascente sociedade dos primeiros dias da Independência, uma espécie de lei natural da história determinava, assim, o *trivium* fundamental em que se funda a vida partidária de todos os estados. Pois, na verdade, sejam duas ou sejam duzentas as siglas partidárias existentes na sociedade política de qualquer país, o que existe, fundamentalmente, são três partidos: – um partido conservador, que quer manter o *status quo*; um partido revolucionário, que pretende a revolução social; e um partido reformista, que quer melhorar o *status quo*, com o propósito de mantê-lo. Todas as outras siglas partidárias, porventura existentes, respondem apenas a matizes de interesses circunstanciais, legítimos ou não.

Em todo o Primeiro Império, porém, os monarquistas, com tendências conservadoras, descendentes dos partidos dos estrangeiros, bem como os moderados, que pleiteavam reformas no sistema monárquico, e os exaltados, radicais na sustentação de idéias republicanas e federativas, eram apenas grupos fechados, com atividades políticas limitadas à área parlamentar.

OS PARTIDOS E O POVO

A abdicação de D. Pedro I provocou uma verdadeira tempestade na opinião pública. A turbulência das opiniões contaminou o povo. Foi este, na verdade, o momento em que as facções políticas formadas até então unicamente por dirigentes e parlamentares entraram em processo de organização, alcançaram camadas populares, e se constituíram formalmente como partidos políticos.

Os monarquistas criaram a Sociedade Conservadora, que depois passou a chamar-se Sociedade Militar, a partir de 1832. Os radicais formaram a Sociedade Federal. Os moderados arregimentaram-se num partido poderoso, a que deram o nome de Sociedade Defensora da Liberdade e Independência. Com essas três “sociedades”, os partidos políticos que até então existiam mais de fato que de direito, passaram a ter nitidamente uma existência de direito e de fato.

Eram três partidos, mas a controvérsia fundamental os dividia em dois campos: monarquistas e republicanos. Transportando as posições para tempos mais recentes, diríamos que o primeiro partido chamado Sociedade Militar ou Sociedade Conservadora, colocava-se no centro do *status quo*, sustentando o imobilismo dos privilégios da classe dominante, e correspondendo ao que foi em nossos dias a antiga União Democrática Nacional, a UDN de 1945 a 1964. Os moderados, da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência, sensíveis a reformas que dessem uma viabilidade permanente à sua ocupação do poder, correspondiam

exatamente ao Partido Social Democrático, o PSD, de 1945 a 1964. Como o PSD, era um partido de ministros, regentes, deputados, senadores. O terceiro partido, o dos radicais, da Sociedade Federal, sustentava a queda da Monarquia e a proclamação da República. De certa forma, a derrubada do *status quo*. Seu descendente, de 1945 a 1964, foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), celeiro ou embrião dos movimentos de esquerda e do socialismo.

Como se vê, há uma descendência natural e um nexo lógico na formação dos grupos políticos da sociedade. As três sociedades acima referidas contavam com o apoio popular, editavam jornais partidários e provocavam conflitos na vida pública. Os moderados eram popularmente chamados de “Chimangos”, os monarquistas eram conhecidos como “Caramurus”, e os radicais eram denominados “Farroupilhas”.

A dinâmica do processo histórico acionada pela regência do autoritário Padre Feijó levou à bipolarização partidária. Os velhos monarquistas e alguns moderados dissidentes formaram o Partido Conservador. A outra facção dos moderados uniu-se aos radicais, fundando o Partido Liberal. A vigência do binômio – liberais/conservadores – que se prolongou durante todo o regime monárquico, até 1889, definiu a luta política de uma sociedade dominada por uma aristocracia de parvenus e por uma incipiente burguesia progressista.

Os dois partidos não se distanciavam por ideologias diversas. Situavam-se ambos na filosofia liberal clássica, defendendo a livre iniciativa, o mínimo de intervenção do Estado no domínio econômico e as idéias gerais do liberalismo típico do século XIX. Os conservadores mantinham posições nitidamente imobilistas no processo social, defendiam os postulados da justiça e da liberdade de todos os cidadãos. Recusavam-se a admitir a ação de grupos de pressão capazes de influir sobre as decisões do governo. Os liberais, por sua vez, lutavam para que toda a vida pública se desenvolvesse sob a égide do sufrágio universal, e denunciavam a ilegitimidade de qualquer poder que não fosse emanado do povo por meio de eleições.

Vivia-se, assim, no Brasil, uma realidade mais ou menos comum a todos os países da América espanhola: os conservadores eram mais autoritários e representavam a manutenção do *status quo*, com a idéia de um governo fortemente centralizado; os liberais se batiam pela autonomia das províncias, com a vigência de uma federação, com um governo de maiores atribuições ao Parlamento e com a abolição do Poder Moderador exercido pelo imperador. Pretendiam a plenitude do regime parlamentarista. Como se vê, excetuando a tecnicidade do sistema de governo de gabinete, por parte dos liberais, o quadro poderia ser projetado para o período militar, caracterizando-se a Aliança

Renovadora Nacional (Arena) como descendente em linha direta dos conservadores, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) como herdeiro dos liberais.

Alguns sociólogos e especialistas em ciência política, com a habitual facilidade de generalização da leviandade profissional que os caracteriza, costumam identificar uma preponderância dos interesses agrários entre os membros do Partido Conservador, enquanto o Partido Liberal seria constituído por uma grande maioria de comerciantes e profissionais oriundos do meio urbano. Trata-se de uma apreciação superficial. Tanto os conservadores como os liberais eram, de modo geral e em número e peso igual, oriundos da burguesia ou da nobreza cujo poder se fundava na propriedade rural. Na pauta de uns e de outros esteve sempre, prioritariamente, a defesa dos interesses agrários. O fato de entre os liberais se encontrarem representantes das profissões urbanas e liberais em número maior que entre os conservadores, era uma decorrência do melhor arejamento de idéias modernas entre os filhos de latifundiários que se formavam em universidades da Europa, e fixavam residência na cidade. No fundo, porém, a fidelidade desses bacharéis liberais à estrutura agrária de que dependiam não tinha grande diferença da dos conservadores. O historiador Américo Jacobina Lacombe chega mesmo a anotar algumas circunstâncias em que os conservadores foram levados a adotar posições reformadoras, em confronto com tendências moderadas dos liberais. Isto ocorreu, de resto, em toda a América, como ainda hoje acontece, graças à debilidade da significação ideológica das legendas partidárias.

O bipartidarismo de conservadores e liberais foi sempre marcado por movimentos revolucionários, em que facções populares tentaram fazer-se ouvir pelas armas, uma vez que não podiam ser ouvidas como organizações partidárias. Com efeito, depois da abdicação de Pedro I, estouraram no país diversas revoluções. A primeira delas – talvez a mais bela, embora não a mais abrangente –, foi o levante do Ceará (1831-1832), comandado pela figura romântica e heróica do coronel sertanejo Pinto Madeira e pelo Padre Benze-Cacetes. Depois, foram os movimentos do Pará, Maranhão, Mato Grosso e Minas Gerais (1832-1835), o de 1835-36 no Pará, a Sabinada, na Bahia (1837-38), a Balaiada, no Maranhão (1838-1841), as rebeliões de 1842, em São Paulo e Minas, os dez longos anos da guerra épica dos Farrapos, no Rio Grande do Sul (1835-1845) e, finalmente, a revolução social de 1848-49, em Pernambuco, denominada “Praieira”.

A precariedade do bipartidarismo tornou-se tão evidente em sua incapacidade para manter a paz interna, que as lideranças se uniram, quando o Gabinete chefiado pelo marquês de Paraná inaugurou o chamado governo de “conciliação”, que durou de 1853 a 1862. Com a “conciliação” preconizada

em famoso discurso de Nabuco de Araújo, chamado “o discurso da ponte-de-ouro”, os postos do Ministério foram em tese divididos harmoniosamente entre conservadores e liberais. Apenas em tese, porque, na verdade, houve sempre um domínio das forças do Partido Conservador. Mas, de qualquer forma, estabeleceu-se um consenso geral entre os partidos, assegurando-se um esforço comum para uma política de realizações de interesse nacional. De todo modo, o Gabinete Paraná compunha-se de membros do Partido Conservador e do Partido Liberal. Com a morte do marquês, em 1856, a “conciliação” foi sendo absorvida pelos conservadores, o que levou os liberais descontentes a uma nova organização política, a “Liga Progressista”. Na verdade, a conciliação se transformara num oligopólio de poder, de modo que mesmo vários conservadores progressistas se tornaram dissidentes do partido, e também se integraram na Liga Progressista. Com essas dissidências, davam-se os primeiros passos para o pluripartidarismo.

A PLURALIDADE PARTIDÁRIA

Pode-se dizer que a pluralidade partidária no Segundo Reinado nasceu dessas dissidências de conservadores e liberais depois de deteriorar-se a conciliação. Os liberais que permaneceram na conciliação com os conservadores passaram a chamar-se “históricos”, correspondendo ao que seriam os “adesistas”, ou “moderados” do MDB, do tipo do Sr. Tancredo Neves ou dos sequazes do Sr. Chagas Freitas. A Liga Progressista foi composta por aqueles que seriam os “autênticos” do MDB e alguns dos “renovadores” da Arena, do tipo do Senador Teotônio Vilela, por exemplo.

Caracterizou-se, assim, um confronto de três partidos: a Liga, os Históricos e o Partido Conservador. Mais representativa da vontade popular, a Liga Progressista tornou-se a maior força do Parlamento e constituiu o Gabinete, permanecendo no poder de 1862 a 1867. Em 1868, influenciado pelas camadas mais reacionárias do estabelecimento monárquico, o Imperador, no uso do poder Moderador, dissolveu a Liga, para nomear um gabinete conservador. Foi aí talvez o começo da queda da monarquia. Os liberais, aliados do poder, embora constituíssem maioria no Parlamento, consolidaram a antiga legenda do Partido Liberal, a fim de fazer oposição sem quartel ao Partido Conservador. E um grupo mais radical não hesitou em levar a oposição às últimas conseqüências, questionando a própria monarquia, e desligando-se do Partido Liberal para fundar uma célula republicana. Essa célula, que institucionalizaria o movimento republicano-liberal, passou a desafiar abertamente o Imperador, com a publicação do Manifesto Republicano em 1870, criando o Partido Republicano.

A partir de então, as paixões populares passaram a polarizar-se entre os monarquistas, predominantemente conservadores e o crescente Partido Republicano. A vitória da República, em 1889, extinguiu os partidos existentes, mantendo-se vivo, entretanto, como é óbvio, o Partido Republicano, através de suas células regionais, nos diversos estados. Essa nova realidade veio estabelecer uma nova fisionomia à estrutura partidária brasileira, só rompida depois de 1945: a natureza regional dos partidos políticos, certamente mais representativa dos interesses estaduais e mais condizente com o princípio federativo inaugurado pela República.

II – A REAÇÃO CIVILISTA CONTRA A TUTELA DO PODER MILITAR

Os partidos políticos dos tempos imperiais eram ostensivamente oligárquicos. Como nota Paulo Roberto Motta, “o acesso à vida política e, principalmente, à liderança partidária era vedado, na prática, a membros de outras classes que não a elite rural”. E mais: até a reforma eleitoral de 1881, conhecida como “Lei Saraiva”, não havia eleições diretas, e só os cidadãos de confissão católica podiam ser candidatos a postos eletivos. Até então, de acordo com o art. 90 da Constituição Imperial, “as nomeações de deputados e senadores para a Assembléia Geral e as dos membros dos conselhos gerais das províncias serão feitas por eleições indiretas, elegendo, a massa dos cidadãos ativos em assembléias paroquiais os eleitores de província, e estes, os representantes da nação e províncias”.

A Constituição exigia ainda uma renda mínima anual de cem mil réis, advinda de propriedades, comércio, indústria ou empregos, para que o cidadão fosse qualificado como eleitor nas assembléias paroquiais. Mais do que isto: entre os assim qualificados nas assembléias paroquiais, selecionavam-se os que tivessem uma renda anual mínima de 200 mil réis – só eles poderiam votar em candidatos a deputado, senador e membros do Conselho Provincial. Para candidatar-se a deputado, era preciso que o cidadão tivesse uma renda mínima de 400 mil réis.

Com todas essas restrições de caráter econômico, e com o processo indireto da eleição, assegurava-se o domínio de grupos aristocráticos.

OS MILITARES NA POLÍTICA

Pode dizer que até a guerra do Paraguai, o poder político, que se confundia com o poder econômico, controlava o poder armado. Na verdade,

três ramos constituíam as forças militares: a Marinha, a Guarda Nacional e as forças mercenárias. A Guarda Nacional era um instrumento da classe rural dominante, que dela se servia para a segurança de seus privilégios. Era um poder local, com as tropas e os comandos organizados pelas autoridades municipais, sob o controle dos senhores rurais. Enquanto durou essa situação, os donos de terras eram também donos do poder armado, e desse modo enfeixavam em suas mãos as vigências da sociedade em todos os seus aspectos. Exerciam o comando da política, da economia, da força militar e até do poder religioso, influenciando decisivamente na nomeação dos vigários e dos bispos.

Esse predomínio incontestável do poder civil começou a ser abalado com a guerra do Paraguai. O país teve necessidade de arregimentar tropas para a formação de um grande exército regular. Procedeu-se a um recrutamento em todo o país, sob a responsabilidade do governo central. Criou-se, assim, um exército, cuja expressão relegou a um segundo plano a significação armada da Guarda Nacional. Recrutado especialmente entre a classe média, o Exército passou a ser um poder independente, impregnado das idéias liberais dessa classe. Não tardou a deixar-se influenciar pelo positivismo, juntando, além disso, ao ressentimento próprio da classe média, o ressentimento da oficialidade que se sentia mal remunerada e desatenciosamente tratada pelo governo. Daí ao sentimento antimonárquico foi um passo. A propaganda republicana contagiou rapidamente o Exército, crescendo entre os oficiais e os estudantes da Escola Militar, que se imiscuíram abertamente na política. Não será exagero sustentar que a proclamação da República foi resultado de um movimento exclusivamente militar. E com a República, os militares passaram a constituir uma força política, uma condicionante poderosa na formação dos partidos.

Duas correntes se tornaram nítidas logo nas primeiras sessões do Congresso republicano: os militaristas e os civilistas.

Foi para remediar esse quadro insustentável que surgiu, sob o governo de Floriano, por iniciativa do Senador Francisco Glicério, uma agremiação heterogênea, com uma unificação artificial e de circunstância, o Partido Republicano Federal (PRF). Nele se reuniram pessoas oriundas de todas as militâncias políticas: ex-monarquistas adesistas da nova ordem, republicanos históricos, neo-republicanos, liberais moderados, conservadores do velho estilo, federalistas, unitaristas, florianistas exaltados ou legalistas, jacobinos radicais, positivistas, católicos, livre-pensadores, parlamentaristas e até simpatizantes com a revolta de Custódio de Melo. Não era um partido. Era, como a Arena

de nossos dias, um “pique” do salve-se quem puder e como puder, um selo de Abraão, uma arca de Noé em que se reuniam todos os bichos da terra que dela precisavam para sobreviver, assim como o novo regime também precisava dele para coonestar as instituições republicanas.

Nascido para sustentar o regime de Floriano, instável, heterogêneo e dependente do ditador, não podia durar muito. Serviu, entretanto, para instrumentar o apoio a Prudente de Moraes, que viria a ser o primeiro presidente civil da República que apenas balbuciava o próprio nome.

A atmosfera da República não era saudável para os partidos. Nascido sob a égide dos militares, o regime republicano desconfiava dos partidos, atribuindo-lhes todos os males do sistema monárquico. Eles eram, porém, uma peça indispensável ao funcionamento das instituições, como entendeu logo o presidente Campos Sales que, sem maior apreço por eles, inaugurou a chamada “política dos governadores”. Os governadores e as alianças entre eles passaram assim a ser o primeiro grande partido da República – se é que se pode chamar de partido a esse consórcio de oligarquias regionais.

Cada estado tinha, à época, seu próprio sistema eleitoral. Os governadores, através do fisco, da polícia, do poder cartorial do estado, exerciam uma espécie de coação irresistível sobre o processo eleitoral, com o voto estendido a toda a cidadania, mas pronunciado a descoberto e registrado a bico de pena. Foi dessa origem viciosa que nasceram os partidos republicanos. Por meio da “política de governadores” o presidente da República pôde controlar as células remanescentes do antigo Partido Republicano Imperial, que sobrevivera, como anota Paulo Roberto Motta (*Movimento Partidário no Brasil* – Fundação Getúlio Vargas), nos estados de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul.

No entendimento dos líderes republicanos, os partidos eram os grandes responsáveis pelas calamidades da monarquia, e Afonso Arinos anota que a política dos governadores era uma consequência da mentalidade antipartidária dos governadores. Oriundos do poder militar, tinham eles, no fundo, o mesmo ressentimento e a mesma prevenção do militarismo contra a instituição partidária. Desse modo, os governadores instalaram com facilidade em seus estados um sólido aparelho oligárquico, mantido pela fraude, pela violência, pelo suborno e por todas as formas da prepotência. Aos velhos republicanos honrados e limpos restava apenas denunciar que “aquela não era a República de seus sonhos”.

Foi, assim, à custa dessa máquina de corrupção institucionalizada que se elegeram Rodrigues Alves e Afonso Pena, representantes não da vontade

popular, mas das oligarquias estaduais. Governaram em nome dessas oligarquias e de seus negócios, cujos interesses nem sempre correspondiam aos do povo brasileiro. O Sr. Pedro Calmon, que até é um historiador ameno no julgamento das coisas e das pessoas, lembra que Afonso Pena costumava enfatizar com arrogância que seu governo não dava a menor importância a partidos ou facções políticas, e que era ele quem decidia politicamente o que devia ser feito. Se não de direito, pelo menos de fato, o país vivia sob o domínio de um partido único, representado pela soma das oligarquias estaduais e pelo espírito da tutela militar, autora e fiadora da República.

O PARTIDO CIVILISTA

A campanha da sucessão presidencial deflagrada em 1909 marcou a secessão do unitarismo partidário da República, com o surgimento de duas correntes políticas: o militarismo e o civilismo. Era, de certo modo, a retomada da bipolarização da monarquia entre conservadores e liberais. A candidatura do marechal Hermes da Fonseca refletia a vontade do governo militar e a continuidade das oligarquias estaduais, enquanto a de Rui Barbosa incorporava a inovação e as idéias liberais.

A campanha de Rui ficou conhecida como a “Campanha Civilista”. Com ela surgiu, depois da batalha – eleitoralmente frustrada, mas politicamente fecunda – de conscientização do povo, nos comícios de 1909 e 1910, o Partido Republicano Liberal (PRL), fundado em 1913. Foi um partido de rebelião contra o aparelho da oligarquia e do militarismo, que só permitia a eleição de candidatos presidenciais aprovados pelo governo federal e pelos governadores.

A campanha de Rui foi uma tentativa de organizar um partido nacional. O tribuno rebelde percorreu todo o país, e o êxito alcançado nas capitais e nas grandes cidades assinala a grande expressão da campanha civilista, esmagada, entretanto, pelas máquinas eleitorais dos governos estaduais, principalmente os do Norte do país. A conscientização popular afetou também parte das Forças Armadas, e o governo do marechal Hermes foi contestado por diversos movimentos armados, surgidos a partir de sua posse, em 1911, e que sacudiram várias estados, abalando as oligarquias regionais no Estado do Rio, no Distrito Federal, em Manaus, em Belém, em Pernambuco, na Bahia, no Rio Grande do Sul, em São Paulo e no Ceará.

O governo de Hermes foi sustentado pela controvertida personalidade caudilhesca de Pinheiro Machado, senador do Rio Grande do Sul, que somou as oligarquias estaduais no Partido Republicano Conservador (PRC), extinto

em 1914 com a coalizão que nomeou candidato Venceslau Brás. O PRC era um ajuntamento de todos os governadores de Estado, a flor das oligarquias regionais – com a exceção única do governador da Bahia, que continuou sustentando a candidatura de Rui Barbosa e da plataforma civilista, defendida pelo PRL, extinto logo após a derrota do candidato.

No governo Venceslau, a vida partidária ficou mais uma vez limitada às secções estaduais do Partido Republicano. Não havia nenhum partido de caráter nacional – velho sonho de Rui Barbosa, que nunca chegou a realizá-lo. Na verdade, o primeiro partido nacional só veio a ser fundado no início da década de 30, e foi um partido ideológico, o integralismo, cujo criador, o Sr. Plínio Salgado, costumava reivindicar a glória de ter sido o primeiro a realizar o sonho de Rui Barbosa. Hoje, é possível questionar a legitimidade desse sonho, parecendo a muitos estudiosos e militantes políticos que a organização regional dos partidos responde melhor à realidade brasileira. Pois, na verdade, marcados por composições as mais heterogêneas, os chamados partidos nacionais são nacionais apenas no nome.

Na sucessão de Venceslau, a candidatura de Nilo Peçanha estruturou um partido descendente da campanha civilista de Rui – a “Reação Republicana”. Era uma reação contra o candidato oficial Artur Bernardes, representante das oligarquias, já então consolidadas no eixo São Paulo-Minas, fazendo o que se convencionou chamar de “política do café-com-leite”, numa alusão a dois produtos típicos da economia desses estados – o café de São Paulo e o leite de Minas.

A Reação Republicana, lembrando a campanha civilista, a mais de seus apelos à classe média e à classe trabalhadora, sensibilizara amplos setores militares, com a oficialidade solidária com os setores sociais populares de que era oriunda. Contava com as simpatias do presidente do Clube Militar, onde uma poderosa facção era liderada pelo marechal Hermes, que conhecera em seu governo os abusos das oligarquias estaduais. Várias revoltas militares despontaram ligadas à “Reação Republicana”, entre elas a guerra civil ensaiada no Rio Grande do Sul e os levantes da Academia Militar. A mais importante delas, que seria incorporada à história do país como uma página épica, foi a rebelião do Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922. Todos esses episódios criaram na jovem oficialidade um estado de espírito que ficou conhecido como “Tenentismo”. [...] o “Tenentismo”, como os jovens militares de um modo geral, em que pese ao espírito cívico, à bravura e ao martírio de alguns deles, [...] já não chegava a ter um programa doutrinário ou um elenco de idéias políticas claras e eficazes.

Artur Bernardes governou permanentemente contestado por grupos civis e militares. Seu período presidencial foi marcado por um permanente estado

de sítio e por prisões e degredos políticos que desterraram adversários, arbitrariamente e sem julgamento para os infernos da Ilha de Trindade e para os confins de Cucuhy. “Mandar alguém para a Cucuia” é hoje uma expressão popular que lembra os dias sinistros do governo Bernardes. Ainda assim, a ferro e fogo, o Sr. Artur Bernardes, manipulando a máquina eleitoral do eixo Rio-São Paulo, depois de esmagar a revolução de Isidoro, em 1924, conseguiu impor seu candidato. Foi eleito o Sr. Washington Luis. A essas alturas, em 1926, um acontecimento histórico marcou a vida do país: o levante comandado por um jovem capitão que, oriundo do “Tenentismo, com traços de positivismo republicano” em sua formação, arma uma guerrilha e, com um grupo de companheiros, percorre o país de norte a sul, como uma serpente de fogo sobre o mapa do Brasil, na expressão daquele que um dia viria a ser o seu antípoda ideológico na mesma geração, o Sr. Plínio Salgado. Era o capitão Luis Carlos Prestes, com a aventura épica da “Coluna Prestes” – façanha incorporada à mitologia da revolução no Brasil e na América Latina.

A ALIANÇA LIBERAL

Na linha de protesto contra o domínio das oligarquias, surgiu em São Paulo, sob a liderança do antigo monarquista Antônio Prado, o Partido Democrático. Quase ao mesmo tempo, um republicano, Assis Brasil, lança no Rio Grande do Sul a facção a que chamou “Programa Liberal”. Um grupo militar liderado pelo capitão Luis Carlos Prestes apoiou os dois movimentos, que, finalmente se uniram, em 1927, com o nome de Partido Democrático Nacional, lançando uma plataforma em que defendia a instituição do voto secreto.

A sucessão de Washington Luis foi, de certo modo, o último episódio da “política dos governadores”. Dentro dessa mesma política, surgiram dissensões, ressentimentos e mudanças de posições táticas. Os governadores já não estavam unidos e vários deles começaram a ter seus nomes especulados para a sucessão. As especulações centralizaram-se finalmente em três nomes: Borges de Medeiros, Antônio Carlos e Júlio Prestes. O ressentimento dos preteridos, com Antônio Carlos à frente, levantou a candidatura de Getúlio Vargas, sustentada pelos governos do Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba. Num movimento nacional, coligando a situação de dezessete estados, denominado Concentração Republicana, Washington levantou a candidatura de um paulista, Júlio Prestes. Para enfrentar a “Concentração Republicana”, organizou-se um grande partido de idéias reformistas e progressistas, a “Aliança Liberal” que, batido nas urnas, cuja limpeza foi contestada, marchou

para uma conspiração e tomou o poder pelas armas. Getúlio Vargas, com sua vocação autoritária que alguns anos depois mergulharia o país na sinistra ditadura do Estado Novo, formou um governo provisório, no qual deixaram de existir os partidos políticos. Foram substituídos por clubes de civis e militares, borbulhantes de idéias vagamente éticas e escassamente ideológicas, como o “Clube Três de Outubro”, mais tarde chamado “Legião de Outubro”, que incorporava algumas das idéias gerenciais do fascismo italiano. Em oposição a grande número de pequenos núcleos ideológicos que começavam a aparecer, entre eles o do Partido Comunista, ao qual se convertera com sua legenda pessoal o capitão Prestes, o Sr. Plínio Salgado, um intelectual de São Paulo, lançou o que pretendeu ser, e até foi historicamente, o primeiro partido de âmbito nacional da história republicana – a Ação Integralista Brasileira (AIB), com um Manifesto à Nação Brasileira, também chamado “Manifesto de Outubro”, lançado em 1932. A AIB não era propriamente um partido. O partido emergiria mais tarde de seus quadros, que reuniram nomes expressivos da classe média, de militares e daquela típica burguesia progressista de direita que constitui habitualmente o chamado “partido da ordem”. O pensamento integralista, violentamente anti-comunista, está inserido na órbita histórica do mesmo contexto sócio-político em que girou o fascismo italiano, por exemplo. Distinguindo-se embora dos movimentos fascistas em geral por sua profissão de fé oficial e ostensivamente cristã, o integralismo, depois de exercer grande influência em amplas camadas da população em todo o país, foi julgado pela mão de ferro da ditadura do Estado Novo e não escapou ao destino da liquidação mundial do fascismo em consequência da guerra.

III – DE VARGAS A CASTELO, 20 ANOS DE PLURIPARTIDARISMO

O Sr. Getúlio Vargas, empossado como chefe de um governo provisório em 1930, não tardou em pretender tornar permanentes os poderes absolutos de que se investira. Irrompeu em 1932 um movimento armado em São Paulo, levantando a bandeira da constitucionalização do país. O ditador sensibilizou os sentimentos patrióticos de toda a nação, denunciando como separatista o movimento de São Paulo e, a mais do Exército regular, poderosos contingentes de voluntários, recrutados especialmente no nordeste do país, enfrentaram o movimento constitucionalista, esmagaram as forças rebeldes e ocuparam São Paulo. De certo modo, porém, os paulistas foram vitoriosos, pois, graças ao levante heróico, o ditador foi obrigado a convocar eleições para uma constituinte.

A Assembléia Constituinte reuniu-se em 1934, com representantes de partidos criados todos eles a nível estadual. Não havia um único partido nacional.

A título de curiosidade, vale a pena enumerar aqui os partidos (todos eles estaduais) que participaram nas eleições para a Assembléia Constituinte em 1934, e que tiveram seus candidatos eleitos. Foram os seguintes: Amazonas: União Cívica Amazonense e Aliança Trabalhista Liberal; Pará: Partido Liberal; Maranhão: Partido Republicano e União Maranhense; Piauí: Partido Nacional Socialista e Lista Hugo Napoleão; Ceará: Liga Eleitoral Católica e Partido Social Democrático; Rio Grande do Norte: Partido Popular e Partido Nacionalista; Paraíba: Partido Progressista; Pernambuco: Partido Social Democrático, Partido Republicano Social; Alagoas: Partido Nacional; Sergipe: União Republicana, Lista Liberdade e Civismo; Bahia: Partido Social Democrático e Lista “A Bahia ainda é a Bahia”; Espírito Santo: Partido Social Democrático, Partido da Lavoura; Distrito Federal: Partido Autonomista, Partido Economista; Rio de Janeiro: União Progressista Fluminense, Partido Popular Radical; Minas Gerais: Partido Progressista, Partido Republicano Mineiro; São Paulo: Lista Chapa Única, Partido Socialista Brasileiro, Partido da Lavoura; Goiás: Partido Social Republicano; Mato Grosso: Partido Liberal Mato-Grossense, Partido Constitucionalista; Paraná: Partido Liberal Paranaense, Partido Social Democrático; Santa Catarina: Partido Liberal Catarinense, Aliança por Santa Catarina; Rio Grande do Sul: Partido Libertador, Partido Republicano Liberal, Partido Republicano Rio-grandense.

Como se vê, havia quarenta partidos estaduais no país. Depois, foi a grande noite do Estado Novo, em que todos os partidos foram abolidos.

A REPÚBLICA DE 45

Com a queda do Estado Novo, as forças políticas apressaram-se em organizar partidos. As oposições unidas fundaram a União Democrática Nacional (UDN) – da qual se pode dizer que seu programa consistia em alijar Getúlio Vargas do poder e restaurar um regime constitucional. As burocracias administrativas regionais, sob controle dos antigos interventores dos estados constituíram o Partido Social Democrático (PSD) – destinado a ser, desde logo, o partido majoritário, com forte apoio nas estruturas rurais e na organização cartorial do estado. Ao mesmo tempo em que patrocinou a fundação do PSD, Getúlio Vargas promoveu a fundação de um populista, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), num gesto típico de sua permanente ambigüidade de comportamento.

O sistema de representatividade proporcional encorajou o aparecimento de muitos pequenos partidos que, embora de jurisdição nacional, tinham freqüentemente expressão restrita ao âmbito estadual. Muitos deles alcançaram desde logo mandatos federais, através de alianças estaduais. Funcionaram, já nas eleições de 1945, e tiveram representação nas assembléias, a nível federal, ou estadual, ou municipal, os seguintes partidos: Partido Social Democrático, União Democrática Nacional, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Libertador, Partido de Representação Popular, Partido Republicano, Partido Comunista Brasileiro, Partido Popular Sindicalista, Partido Agrário Nacional, Partido Republicano Progressista e Partido Democrata Cristão. Eram onze agremiações, sem contar ainda com a Esquerda Democrática, que funcionou como uma espécie de sublegenda ideológica, mais tarde absorvida pela UDN e pelo Partido Socialista, também ele oriundo de uma dissidência da União Democrática Nacional. Surgiram ainda agremiações menores que não tiveram destino: o Partido Orientador Trabalhista (POT), o Partido Proletário do Brasil e o Partido Ruralista Brasileiro.

Depois das eleições, um político de São Paulo, o Sr. Ademar de Barros, que havia servido ao ditador Vargas e posteriormente se engajado na luta da UDN, fundou seu próprio partido, o Partido Social Progressista (PSP) – nele fundindo o Partido Popular Sindicalista, o Partido Agrário Nacional e o Partido Republicano Progressista. O PSP passou a disputar com o PTB o eleitorado populista, devendo-se, entretanto, apesar dos pesares, atribuir ao PTB maior densidade e maior identidade com a vida dos sindicatos e dos trabalhadores em geral.

Com o correr do tempo surgiram ainda outros partidos, como o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN), que Getúlio Vargas estigmatizaria em certo momento como “partidos sloper” (do nome de uma loja de artigos de imitação, a Casa Sloper, do Rio de Janeiro), para denunciar a contratação de seus propósitos. De qualquer forma, serviam para acertar composições locais e às vezes para acolher candidatos até bons e autênticos, incompatibilizados com os donos das legendas partidárias de suas regiões.

Os três maiores partidos – PSD, UDN e PTB – foram adquirindo fisionomia própria ao longo dos anos. O PSD tornou-se um partido conservador, com bases na estrutura rural e na estrutura cartorial, interessando setores da burguesia nacional menos vinculada a interesses estrangeiros. A UDN reunia a fina flor da reação dos latifundiários rurais, a burguesia industrial dependente de grupos estrangeiros e um grupo de bacharéis da burguesia intelectual, ressentidos

pelo jejum de participação no poder, que lhe tinha sido imposto desde os idos de 37, com a implantação do Estado Novo. O PTB representava o sindicalismo e as classes trabalhadoras. Tudo isto, de um modo muito geral, pois, na verdade, os três partidos tinham de tudo, para todos os gostos. O PSD tinha seus liberais avançados, assim como a UDN tinha um grupo de liberais progressistas, e o PTB um razoável número de pelegos e aventureiros, de aproveitadores da coisa pública, cujo forte não era propriamente a política trabalhista nem a honradez pessoal. De qualquer forma, porém, o tempo ia tratando de cristalizar a expressão real dos três partidos. Os outros onze – pois eram quatorze ao todo – tinham escassa representação parlamentar, distinguindo-se como presenças ideológicas e éticas respeitáveis o PRP, o PL e o PSB. As demais legendas eram organizações de circunstância, tendo chegado a formar-se mesmo, nos últimos dias de vigência da pluralidade partidária, um inesperado Partido da Boa Vontade (PBV), fundado por uma figura pitoresca e bem sucedida economicamente na marginalidade do ecletismo religioso, uma espécie de Father Divine, o Sr. Alziro Zarur. Este era o quadro partidário do país quando veio o movimento de 1964 e extinguiu, pelo arbítrio de um ato institucional, todas as agremiações.

ARENA E MDB

A data fatídica da vida partidária brasileira foi o dia 20 de novembro de 1965, quando o governo militar baixou o Ato Institucional nº 4, pelo qual se estabeleceu um sistema de camisa-de-força para a formação de novos partidos. O governo militar havia experimentado algumas dificuldades com a aprovação de matérias no Congresso. Para ter ali uma base de sustentação, seus partidários e aderentes fundaram o Bloco Revolucionário Parlamentar (BRP), enquanto os congressistas não conformados com o regime constituíram, com elementos de todos os partidos, o Bloco da Oposição.

Na época do Ato Institucional nº 2, oito dos pequenos partidos já estavam praticamente extintos, com a apressada adesão de seus representantes à nova ordem vencedora. Não era mais segredo para ninguém, de resto, que o governo militar pretendia reduzir a dois o número dos partidos. (Vejam-se entrevistas de Auro Moura Andrade, Juraci Magalhães e do “jurista” do regime, Nehemias Gueiros, autor do AI-2, em *O Globo* – 30.10.65; *O Estado de S. Paulo* – 4.11.65; e *O Jornal* – 8.11.65.)

Finalmente, a 20 de novembro de 1965, o general Castelo Branco baixa o Ato Complementar nº 4, mandando organizar “partidos políticos provisórios”, com um prazo de 45 dias para se constituírem, e com uma ata de fundação

assinada por um mínimo de vinte senadores e de cento e vinte deputados. O mesmo ato estabelecia a obrigatoriedade de deputados e senadores de se filiarem a um partido. O senador Barros Carvalho, último líder do governo Goulart no Senado, e líder também da maioria, conta – em notas diárias que guardo em meu poder – o dramático esforço que teve de desenvolver para arranjar o número suficiente de deputados e senadores no bloco da oposição para a organização do novo partido. Tenho também, do punho e letra do senador Barros Carvalho os diversos rascunhos de uma plataforma-manifesto da oposição, afinal redigida, e que se constituiu na base do que viria a ser o MDB.

Esse manifesto recolhia o que restava do naufrágio da democracia brasileira em março de 64. Fazia a defesa de princípios fundamentais do regime democrático: o sufrágio universal, o sistema multipartidário, a autonomia dos estados e as prerrogativas do Legislativo e do Judiciário.

Possuo também em meu poder um curioso documento, com a letra do mesmo senador Barros Carvalho, em que se alinham vinte e tantos nomes propostos como sigla do novo partido de oposição, prevalecendo, afinal, o nome de “Movimento Democrático Brasileiro”, por ele proposto. E assim nasceu o MDB. Tinha o apoio inicial de 141 deputados e 21 senadores, constituindo-se a Comissão Executiva do Diretório Nacional de seis membros do ex-PTB – senadores Oscar Passos (AC), Argemiro Figueiredo (PA), José Ermirio de Moraes (PE), deputados Osvaldo Lima Filho (PE), Fernando Gama (PR) e Ivete Vargas (SP); quatro do ex-PSD – senador Pedro Ludovico (GO), deputados Ulisses Guimarães (SP), Martins Rodrigues (CE) e pelo deputado cassado Dr. Henrique Lima (BA); e um do ex-PDC – deputado Franco Montoro (SP).

A escolha de seu primeiro presidente recaiu num discreto e digno senador do Acre, que se portou com a maior bravura e competência ao longo de seu sofrido mandato de comando, e cujo nome foi também sugerido pelo senador Barros Carvalho, com um frase de espírito: “Vamos mostrar a esses milicos que nós também temos o nosso general”. Era o general Oscar Passos.

Enquanto isso, o partido governamental era organizado nos gabinetes do Palácio da Alvorada pelo general Castelo Branco que, segundo se diz, escolheu até o nome da nova agremiação: Aliança Renovadora Nacional (Arena). Consta que o senador Magalhães Pinto, com suas reminiscências da UDN, teria feito à época uma observação irônica: – “Não gosto de partidos de nome feminino”. O certo é que a Arena se fundou com o apoio de 240 deputados e 36 senadores. Seu “Gabinete” Executivo tinha três membros da antiga UDN –

Daniel Kriger (RS), presidente, deputado Rondon Pacheco (MG) e senador Paulo Sarazate (CE); cinco do ex-PSD – senadores Filinto Müller (MT), Benedito Vaz (GO), Vitorino Freire (MA), Wilson Gonçalves (CE) e deputado Leopoldo Prerez (AM); um do ex-PTN – senador Catete Pinheiro (PA); e até dois do ex-PTB – Deputados Teódulo de Albuquerque (BA) e Batista Ramos (SP).

O poder militar incumbira-se, assim, de decretar uma regressão do processo político brasileiro aos dias da Monarquia. Aos piores dias da monarquia, restaurando a camisa-de-força do sistema bipartidário. A respeito dos últimos dias do bipartidarismo, cabe apenas observar que a democracia não é o forte dos sistemas arbitrários. Nem a democracia nem a mitologia. E eles não sabem que, como no verso do poeta, a democracia é uma espécie de Anteu: quanto mais a derrubam no chão, mais forte ela se ergue da poeira da terra.

